



A conversa com a bandeira: processos de ressignificação da condição camponesa na *re-volta* para o campo¹

Weldja Marques da Silva Lima²

Resumo: Este artigo procura analisar o processo de ressignificação da condição camponesa associada aos deslocamentos *campo-cidade-campo* protagonizados por atores sociais que vivenciam a luta pela terra. Para tanto, mobilizamos trabalho de campo no estado de Alagoas com camponeiros em acampamentos e assentamentos. Foi possível concluir que os conflitos nessa mobilidade aparecem como catalisadores da mobilização coletiva, política e identitária resultando no que nomeamos de uma *re-volta* para o campo, na medida em que experimentam um giro epistêmico e moral.

Palavras-chave: Deslocamento, Campo, Cidade, Identidade, *Campesinato*.

The conversation with the flag: processes of resignification of the peasant condition in the return to the field

Abstract: This work seeks to analyze the process of resignification of the peasant condition associated with the displacement of the field-city-field led by social actors who experience the struggle for land. To this end, we mobilized field work in the state of Alagoas with peasants in camps and settlements. It was possible to conclude that conflicts in this mobility appear as catalysts of collective,

¹ A presente pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no âmbito de uma bolsa de mestrado.

² Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil - weldja.marques@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-0192-3144>

political and identity-based mobilization, resulting in what we named a return to the field, as they experience an epistemic and moral turn.

Keywords: Displacement, Field, City, Identity, Peasantry.

La conversación con la bandera: procesos de ressignificación de la condición campesina en el retorno al campo

Resumen: Este trabajo busca analizar el proceso de ressignificación de la condición campesina asociado a los desplazamientos campo-ciudad-campo protagonizados por actores sociales que viven la lucha por la tierra. Para ello, movilizamos trabajo de campo en el estado de Alagoas con campesinos en campamentos y asentamientos. Fue posible concluir que los conflictos en esa movilidad aparecen como catalizadores de la movilización colectiva, política y identidad resultando en lo que llamamos una Re-vuelta para el campo, en la medida en que experimentan un giro epistémico y moral.

Palabras clave: Desplazamiento, Campo, Ciudad, Identidad, Campesinado.

Introdução

No ano de 2023, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno (Cedoc-CPT) registrou 2.203 conflitos no campo brasileiro, o maior número já registrado na história da publicação. Em Alagoas, um estado marcado por altos índices de violência e desigualdades sociais no campo, as últimas décadas vêm sendo palco de conflitos fundiários, que em sua maioria, são vivenciados por indivíduos inseridos em movimentos sociais na busca pela democratização do uso e posse da terra. Ainda que haja uma produção acadêmica relevante sobre a questão agrária no Brasil, a literatura sobre conflitos de terra em Alagoas permanece limitada, concentrando-se, sobretudo, na análise histórica da cana-de-açúcar (CARVALHO, 2009; LIMA, 2006) ou em estudos pontuais sobre violência no campo (SILVA, 2018). Poucos trabalhos investigam de forma sistemática os processos de mobilidade campo–cidade–campo e seus impactos na identidade camponesa, lacuna que este artigo busca preencher.

O campo de pesquisa sobre conflitos agrários em Alagoas é marcado pela ausência de estudos que se dediquem à compreensão dos distintos objetivos de tais lutas. A partir dessa lacuna realizamos trabalhos de campo³ em acampa-

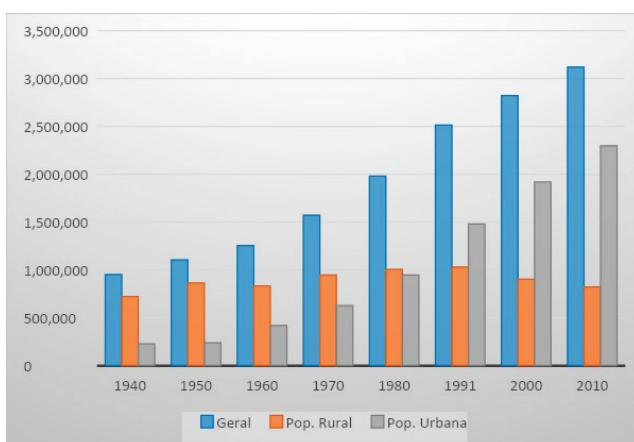
³ Na parte inicial da pesquisa o trabalho de campo foi realizado em acampamentos e assentamentos localizados em zonas rurais dos municípios de Murici (AL), Branquinha (AL), Joaquim Gomes (AL) e Messias (AL).

mentos e assentamentos no estado, e percebemos um frequente trânsito entre campo e cidade nas histórias de vida de indivíduos já inseridos em movimentos de luta pela terra. A hipótese que orienta esta investigação é que, embora o retorno ao campo possa inicialmente ser motivado por condições materiais e de sobrevivência, o engajamento com movimentos sociais tende a produzir um processo de ressignificação identitária, transformando “voltantes” em sujeitos políticos que se reconhecem como camponeses *sem-terra*.

A despeito de haver, nos movimentos sociais rurais, sujeitos oriundos do campo e da cidade, assim como experimentados na migração campo-cidade, cidade-campo, campo-cidade-campo, tomamos como objeto de análise para este artigo a ressignificação camponesa que indivíduos vivenciaram ou vivenciam na volta para o campo, e que agora residem no que os movimentos sociais nomeiam de *espaços de luta e esperança pela Reforma Agrária*. Assim, é nesse panorama que se insere o objeto de investigação deste texto⁴, marcado pelo deslocamento de camponeses do campo para a cidade e de retorno para o campo.

O estado de Alagoas pode ser um *lócus* privilegiado no que diz respeito às análises sobre a relação entre os meios rural e urbano. Em 1991, por exemplo, Alagoas era 16,6% mais rural que o Brasil. No gráfico abaixo, será possível ver, através de dados produzidos pelo IBGE, que, de 1940 a 2010, o estado experimentou consideráveis mudanças no que diz respeito à ocupação de seu espaço geográfico.

Gráfico 01 – População rural e urbana em Alagoas nas últimas 08 décadas



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1940 a 2010. Elaboração da autora.

⁴ Este texto deriva de umas das frentes analíticas da minha dissertação de mestrado. Destaco ainda que essa discussão foi apresentada no 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, tendo sua versão publicada nos anais do evento. A partir das considerações dos membros do comitê de pesquisa do evento citado, hoje esta versão do texto encontra-se revisada com maiores elementos de pesquisa e aprofundamentos teórico-analíticos. Acesso dos anais:<https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/site/anaisarquivoresumo#D>

A partir do gráfico, vemos que entre 1960 e 1990 a população geral do estado cresceu cerca de 20%. Nos anos 1980, pela primeira vez, as populações rurais e urbanas se mostraram praticamente equivalentes em porcentagem. A primeira com 50,8% e a última com 49,2%. Neste período, destacamos o processo de expansão da cana-de-açúcar sob as áreas de produção de subsistência localizadas nos tabuleiros, que, somado à chamada modernização no campo, podemos compreender como os maiores influenciadores da elevação da população urbana. Como podemos observar, segundo o Censo Demográfico, em 1960, a população alagoana era distribuída em 33,4% de habitantes na área urbana e 66,6% na área rural, já em 1991 ocorre uma inversão, uma vez que a população urbana passa a ser predominante.

Outra perspectiva para empreender uma análise dos deslocamentos do campo é relacioná-los aos conflitos agrários. Nesse sentido, é preciso levar em conta a centralidade da posse da terra no contexto social, econômico e político da formação histórica do estado. Esta se baseia em relações patriarciais e autoritárias cujo núcleo de poder se estabelece na posse da terra e em disputas de mando mediadas pela violência. Em Alagoas, a desestruturação do sistema de moradia, que ocorreu entre 1990 e 1995, e resultou na demolição de aproximadamente quarenta mil residências pertencentes a trabalhadores e moradores de fazendas de cana-de-açúcar (CARVALHO, 2009), desempenhou um papel fundamental na concentração de terras, impulsionando o crescimento da produção agrícola.

Por outro lado, a expulsão das comunidades rurais e o aumento do emprego assalariado elevaram os custos de vida e empurraram os trabalhadores para condições de maior vulnerabilidade social. Vale ressaltar que esse processo também foi o principal responsável pela proliferação da informalidade urbana, que marcou o processo de urbanização no estado. Importa destacar que nem todos os expulsos do campo retornaram à terra via movimentos sociais: parte permaneceu nas periferias urbanas, inserida em atividades precárias, o que reforça o caráter seletivo e desigual da reintegração camponesa.

Os deslocamentos desses camponeses se deram, em sua maioria, a partir das décadas de 1980 e 1990, períodos fundamentais para a compreensão das transformações contemporâneas da sociedade alagoana. No geral, eles ocorreram em direção à capital de Alagoas⁵ e às cidades do interior do estado (e sua maioria para região metropolitana). As mulheres saíram em busca de emprego

⁵ A capital de Alagoas é a cidade de Maceió, localizada na faixa litorânea do estado, ocupando uma faixa de 509,320 Km² e com uma população estimada de 1.012.382 habitantes segundo dados do IBGE.

em casas de família⁶, e os homens na esperança de trabalho na construção civil e em usinas de álcool e açúcar. Na maior parte dos casos, não conseguindo o que desejavam, esses indivíduos passaram a sustentar suas famílias através de bicos⁷ no período em que viveram na cidade. Antes do deslocamento cidade-campo esses sujeitos viviam como empregados em fazendas, usinas, engenhos e sítios. Na volta para o campo passaram a viver em um cenário diferente de outrora, residindo em espaços de luta e esperança pela reforma agrária.

Indagados sobre como eram suas vidas antes de entrarem em movimentos sociais, meus interlocutores relataram que viviam no campo, muitos deles haviam nascido e permanecido boa parte de suas vidas no meio rural, e por determinadas situações de exclusão experimentadas, não encontraram outra saída a não ser irem morar na cidade. Só depois desses deslocamentos conseguiram retornar para o campo, mas agora na luta pela democratização do uso e posse da terra. A partir de tais situações, surgiram alguns questionamentos: quais as repercussões da mobilidade na vida dos sujeitos? Como se deu a saída da terra e como os indivíduos a percebem? Há registros de experiências conflituosas vivenciadas no trânsito? Como se processa a formação política proporcionada pelos movimentos sociais? A partir do contato com os movimentos, ocorre uma ressignificação de sua identidade camponesa ao retornar ao campo?

O eixo teórico que sustenta estas questões articula a Sociologia do Conflito (SIMMEL, 1983; RANCIÈRE, 1996; HONNETH, 2003) com a literatura sobre questão agrária e campesinato no Brasil (FERNANDES, 2004; OLIVEIRA, 2001; WANDERLEY, 2011), permitindo compreender o retorno ao campo como um processo simultaneamente material e simbólico. Este texto tem como plano de análise detalhada o processo de retorno ao campo, na qual corresponde o deslocamento campo-cidade-campo.

As experiências de camponeses que retornam ao campo evidenciam processos marcados por múltiplas desigualdades estruturais (MENEZES, 2024). Nesse sentido, destacamos que as expulsões do campo geraram a produção de agrupamentos humanos nas cidades – e principalmente na capital do estado – sem as suas necessárias condições de manutenção de vida (seja no âmbito material/objetivo e simbólico/subjetivo). A ausência dessas condições, junto à falta de escolhas, levou ao retorno desses indivíduos para o campo mediante a adesão

6 Trabalhar em casa de família é conhecido popularmente como um trabalho doméstico a ser feito em casas onde a família que vive nelas são conhecidas por serem pessoas respeitosas, de uma boa índole. Este trabalho geralmente é produzido sem regulamentação trabalhista.

7 Um bico é o modo como é conhecido popularmente um trabalho a tempo parcial ou contingente que é contratado em curto prazo.

aos movimentos sociais. Compreendemos, porém, que esse retorno foi fruto de uma casualidade forçada, não podendo ser considerado nesse momento como resultado de uma politização dos seus conflitos, e sim como decorrente do acionamento de uma possibilidade de melhoria de vida. Esse regresso somente poderá ser interpretado como uma *re-volta* para e no campo, se, e na medida que, esses sujeitos experimentem um giro epistêmico e moral, que os habilite a se reconhecerem como indivíduos detentores de uma *identidade sem-terra*. O acionamento prático dessa identidade pode representar um guia, uma saída às conflitualidades encontradas, não só no campo, mas também no combate às desigualdades sociais que vão além das fronteiras de um ambiente rural.

Dessa maneira, os esforços deste artigo estão centrados na investigação do que se convencionou chamar de *ressignificação da condição camponesa* vivenciada por esses sujeitos na *re-volta* para o campo. Assim, analisaremos como ela aparece e como é concebida. A ideia é desenvolver a questão do que hoje significa ser um camponês *sem-terra* para quem percorreu esse deslocamento. Buscaremos evidenciar a relação da mobilidade com a questão identitária, na medida em que damos relevo às metodologias utilizadas pelos movimentos sociais para possibilitar aos indivíduos uma forma de compreensão acerca da importância da luta coletiva. O giro de percepção política é também fruto do *trabalho de base* dos movimentos. Contudo, o que vem antes do retorno ao campo – a sociabilidade na terra desde a infância, a expulsão do seu lugar de origem e os conflitos em torno da sobrevivência na cidade – são basilares no germe do reconhecimento de injustiças, uma vez que são essas experiências que impulsionam a imersão desses agentes nos movimentos sociais.

Pressupostos teórico-metodológicos

A compreensão das relações que envolvem os camponeses que passaremos a apresentar, além de fundamentada em dados oficiais e na bibliografia existente sobre conflito (SIMMEL, 1983; RANCIÈRE, 1996, 2002; SCOTT 2008; HONNETH, 2003) e a questão agrária no Brasil (FERNANDES, 2004; MEDEIROS, 2009; OLIVEIRA, 2001; WANDERLEY, 2011; COMERFORD, 2003), ancora-se também em estudos que discutem mobilidades rurais e recomposição camponesa em contextos de expulsão e retorno (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997; MARTINS, 2010; SAUER, 2015). Essa base permite articular o debate sobre conflito e identidade a partir de uma perspectiva que considera o deslocamento campo-cidade-campo não apenas como fenômeno demográfico, mas como processo de disputa simbólica e material pelo território.

Nessa perspectiva, os recursos teórico-metodológicos mobilizados em nosso fazer ciência se baseiam na Sociologia do Conflito e nas discussões de reivindicações identitárias com base na tradição da agricultura/trabalho familiar. O eixo teórico que orienta a pesquisa articula, portanto, a noção de reconhecimento (HONNETH, 2003) à concepção de “formas de vida” camponesas (WANDERLEY, 2011), permitindo compreender como experiências de exclusão, migração e reorganização coletiva produzem novos sentidos de ser camponês *sem-terra*.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos, essa pesquisa adotou uma abordagem qualitativa com ênfase no trabalho de campo guiado pelas técnicas de: observação participante, entrevistas semiestruturadas e história oral. Valemo-nos também das técnicas de entrevista semiestruturada e em profundidade e trajetórias de vida que foram desenvolvidas junto aos atores sociais em acampamentos e assentamentos, caracterizados pela experiência (THOMPSON, 1981) com o deslocamento *campo-cidade-campo*. O recorte empírico da pesquisa foi definido a partir da presença de acampamentos e assentamentos organizados por movimentos sociais de luta pela terra na Zona da Mata e no Agreste de Alagoas, regiões historicamente marcadas pela monocultura canavieira e por elevados índices de conflito fundiário. A escolha desses territórios considerou: (a) a concentração de casos de deslocamento campo–cidade–campo; (b) a atuação consolidada de movimentos sociais rurais; e (c) a diversidade de trajetórias entre os sujeitos retornantes.

Fomos à procura de experiências que antecedem a mobilidade, enxergando-as como um ponto caro na compreensão do processo do retorno ao campo, mediado por movimentos sociais. O trabalho de campo se deu em dois momentos distintos. O primeiro período, entre 2016 e 2017, a partir de contatos estabelecidos para a pesquisa de iniciação científica e o trabalho de conclusão da graduação⁸. Realizamos entrevistas semiestruturadas com sujeitos que se encontram inseridos nos programas de reforma agrária, e, com o encaminhamento do trabalho de campo, nos dedicamos a realizar entrevistas com aqueles que vivenciaram o deslocamento *campo-cidade-campo*. Ao todo, nesse estágio do trabalho de campo foram realizadas 21 entrevistas entre camponeses e lideranças dos movimentos sociais. No segundo estágio do trabalho de campo, realizado em 2019, foram feitas observações participantes em assembleias dos acampamentos, assentamentos e entrevistas semiestruturadas com nossos interlocutores. Embora a pesquisa tenha se centrado nos retornantes organizados, foi registrado, a partir de entrevistas e observações, o destino de parte dos

8 Graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

expulsos que não retornaram ao campo, permanecendo nas periferias urbanas ou migrando para outras regiões, o que ajuda a compreender o caráter seletivo da reinserção camponesa via movimentos sociais.

A bandeira como símbolo de luta: sociabilidade e formação política

Aí cheguei aqui procurando: “**quem é o chefe aqui?**”, e eles disseram: “**aqui não tem chefe não**”, “como assim não tem chefe?”. “**O chefe é a bandeira**”, aí como era que eu ia conversar com a bandeira? [risos] Aí eu perguntei como era que fazia pra pegar terra, aí me mandaram falar com o que era coordenador na época. (Entrevista concedida por **Marcelo⁹**, Junqueiro, 2019. Grifos nossos).

O relato acima nos traz elementos importantes para nossa análise. É comum e estratégico para os movimentos sociais do campo usarem a simbologia da bandeira da organização como instrumento de luta, principalmente em um acirramento de conflito, como tentativas de despejo ou visitas de autoridades que deleguem a ela a responsabilidade sobre o espaço em que estão inseridos em situação de resistência. A ideia é não designar em um só indivíduo a liderança, para assim se protegerem, por exemplo, de prisões ou processos judiciais. Outro ponto, é o processo de construção de uma identidade *sem-terra* – envolvendo a construção de símbolos de resistência –, onde os caminhos devem ser trilhados coletivamente, em prol de um objetivo comum, que é a luta por terra. Dessa maneira, a “*conversa com a bandeira*” do camponês só foi acontecer um tempo depois.

O estranhamento de Marcelo ao chegar ao acampamento para tentar se inserir nele. Após questionar quem era o chefe do local, se deparou com um *sem-terra* falando que o chefe era a bandeira do movimento que tremulava no teto de uma casa na entrada do acampamento. Não entendendo a resposta, Marcelo pergunta a si mesmo, em um tom de ironia, como então conversar com uma bandeira. Essa “conversa” é desenvolvida a partir da vivência de Fernando no *trabalho de base¹⁰* do movimento. Aqui iremos destrinchar como ele e os demais interlocutores tiveram essa “conversa com a bandeira”. Essa “conversa” é

⁹ Motivados pela preservação das identidades devido aos acirramentos de conflitos agrários no estado de Alagoas, optamos por utilizar nomes fictícios para nossos interlocutores.

¹⁰ Na acepção do MST, difundida em um de seus materiais de formação, o *trabalho de base* “é a ação política transformadora, que mete o corpo em uma realidade concreta, para despertar, organizar o povo na solução de problemas e ligar essa luta a luta geral contra a opressão” (PELOSO, 2012).

o que estamos interpretando como o processo de ressignificação da categoria *sem-terra*, onde as pessoas passam a se identificarem como agentes políticos no que entendemos como uma *re-volta* para o campo. Com isso, queremos destacar que essa politização de ideias vem com o próprio movimento de resistência (a entrada e vivência nos espaços de luta por terra). Para uma maior provocação de reflexão no leitor, observemos os trechos de entrevistas a seguir. Nossos interlocutores relataram a mudança de percepção do papel dos movimentos sociais rurais no país através de sua imersão nos espaços de acampamentos, marchas, vigílias, ocupações, cursos e reuniões.

A ocupação é uma das forças principais do movimento, principalmente nessa conjuntura política que a gente tá, quando a gente faz uma ocupação a gente mostra que a gente tá vivo, que a gente tá de pé, que a gente tá lutando por algo melhor. E isso é uma coisa que eu não entendia, eu mesmo via sem-terra como bagunceiro, como bandido. Eu lembro quando eu estudava em Junqueiro, ensino fundamental ainda, vinha uma marcha do MST que vinha de Delmiro pra Maceió, e ia passar por Junqueiro, e no dia que passou em Junqueiro não houve aula porque os sem-terra iriam passar em Junqueiro, o povo com medo, a prefeitura fechou as escolas, com medo dos sem-terra chegar e bagunçar, entendeu? Então nisso, na gente que não tem o conhecimento, fica achando que o sem-terra é vagabundo, que não presta. Quando na verdade, eu agora que estou dentro, sei da lógica, sei o que é verdade, que sei o que é um movimento social, eu sei o que é o MST, sei o que é a luta pela terra, na verdade. Fazer essas ocupações né, porque fazer essas marchas. (Entrevista concedida por **Fernando**, Junqueiro, 2019 – grifos nossos).

Olha, eu comecei a conhecer o MST a partir desses quatro anos aqui. Pra mim é uma questão de sobrevivência né, o pessoal tudo legal e a gente tem uma luta a cumprir, uma luta que tem uma disciplina. Como eu disse, eu não sabia nada antes de fazer parte, e hoje estou aqui, vim parar aqui, o pessoal do MST muito agradável, acolhedor, e tem as tarefas né, que faz parte do dia a dia né, tem os problemas também [risos] mas isso aí, o ser humano tem problema né, todo canto. Não adianta a gente querer tirar o problema do ser humano que quando a gente tira acaba se criando outro né. (Entrevista concedida por **Cláudio**, Junqueiro, 2019 – grifos nossos).

Ao ingressar e participar das ações estabelecidas no movimento social, nossos interlocutores saíram da situação de *subalternidade* relacionada aos conflitos que experimentaram com o deslocamento *campo-cidade-campo*. A

expressão de que passaram a compreender que a luta pela terra “é uma questão de sobrevivência”, “fazer uma ocupação mostra que a gente tá vivo, que a gente tá de pé, que a gente tá lutando por algo melhor”, ajuda o leitor a entender a importância da “conversa com a bandeira” na percepção dos sujeitos em seu processo de construção de um agir político.

Claudio falou que a luta pela terra exige disciplina; Marcelo falou do entendimento da relevância das ocupações e marchas. O que o leitor pode estar se perguntando é: se houve e como ocorreram estranhamentos nesse processo de cumprimentos das tarefas¹¹ delegadas pelos movimentos sociais. Quando perguntado sobre essa questão, Marcelo conta que nunca tinha saído de casa para ficar fora por mais de três dias, e que ao entrar no acampamento Eldorado, com cerca de quinze dias de seu ingresso, tinha uma tarefa externa a ser realizada. Foi um ato em Maceió: “Em memória e justiça por Jaelson Melquíades”. Ele diz ter estranhado a dormida na praça Sinimbu, e a insegurança devido aos insultos que ouviu de algumas pessoas com a chegada da marcha na cidade:

Chegando lá, o pessoal deu as orientações, na época quem era os coordenadores né, orientações de levar o kit militante, tudo, aí eu não tinha quase nada. Barraca, colchonete eu não tinha, aí levei dois lençóis, levo um pra dormir em cima e outro eu me enrolo. Aí quando chego lá aquele monte de lona preta esticada na praça Sinimbu, aquele acampamento... Aí disse: Rá paz, o que eu tô fazendo aqui... [risos] Como eu vou dormir aqui na praça? Nisso, a gente saiu pra andar, fazer a marcha lá, o ato logo cedo, aí quando passava na rua tinha uns apoiando, outros xingando, aí começou dar aquele medo sabe, aí quando foi à noite eu não consegui dormir, eu via aquele monte de gente deitado embaixo da lona, eu pensava em como ia dormir, aí fiquei à noite todinha acordado. Aí nisso eu sei que amanheci o dia, aí

¹¹ O não cumprimento das tarefas e disciplina é fator para o egresso das pessoas no movimento. Essa saída pode tanto vir através da coordenação ou pela própria vontade do sujeito. Em uma das minhas idas a campo, acompanhei o comunicado da expulsão de um homem do Movimento de Libertação dos Sem-Terra - MLST em uma reunião da coordenação do acampamento Fazenda Sede, em Murici. Na ocasião, a liderança do movimento argumentou que as chances dadas ao sujeito haviam sido esgotadas. Ele não respeitava o horário de silêncio do espaço, sempre com o som muito alto, incomodando assim os vizinhos. E o mais grave, a partir da leitura não só das lideranças, como também da base da militância sem-terra, ele chegou a bater na companheira. Foi discutido que o homem não queria saber dos cumprimentos das regras e não aceitava a interferência da organização no seu relacionamento. Em outra linha, tem os que abandonam por conta própria a luta pela terra. Fernando chegou a contar que é comum a desistência daqueles que são oriundos das cidades: “Chegam no acampamento, lidam na maioria das vezes com uma terra bastante judiada pela monocultura da cana, e não conseguem rapidamente preparar a terra para o plantio.” Meu interlocutor falou que o movimento tenta ajudar a conduzir esse processo orientando que se deve ter paciência, mas muitos desistem.

quando amanheceu o dia o sono bateu. Ái tinha uma menina, que eu tinha mais intimidade, ela tinha levado um colchão. Me deitei no colchão da menina e o povo já tava tudo se levantando, o povo já tava acordado aí eu disse: vou me deitar um pouquinho. Quando eu percebi, o pessoal já tinha saído em marcha novamente, já tinha tomado café e saído quando eu acordei, e eu lá... Rapaz, o pessoal dorme aqui tão sossegado e eu com medo de quê? Ái fui na cozinha, peguei um pouco de comida e arrochei, pisei atrás, o pessoal já tava longe já e eu fui. Tirei o boné da cabeça né, saí sozinho né atrás, aí saí pelas calçadas, quando deu uma meia hora boa acompanhei o povo [risos] aí nisso já parou mais meu medo. Aí nisso, à noite eu já enturmei mais com o povo, com o pessoal, aí logo cedo eu forrei meu colchão lá, o lençol [risos], e agarrei no sono, não tinha dormido bem mesmo, aí sosseguei. [risos] (Entrevista concedida por **Marcelo**, Junqueiro, 2019).

Fernando, nessa ida para Maceió, viveu uma situação pela qual só tinha participado como espectador. Antes, via as marchas passando por Junqueiro, e com isso vinham as orientações de não chegar perto porque “os *sem-terra* são tudo vagabundo”. Na ocasião da marcha em Maceió, ele mesmo era um dos *sem-terra* sendo xingado por algumas pessoas que passavam perto. Alguns meses depois da primeira viagem ele recebe uma nova convocação para atividades em Maceió. Um ato público em 01 de maio, Dia do trabalhador. Depois do ato, permaneceu na cidade por mais 12 dias. A convite do MST, participou de um curso de formação política. Marcelo relatou que depois dessas vivências “engatou de vez” nas tarefas atribuídas pelo movimento.

Ações como essas, fora dos espaços dos acampamentos, também funcionam como oportunidades para a construção da *identidade sem-terra*. Na medida em que vivenciam condições de adversidade nessas atividades, os sujeitos nutrem a esperança e a indignação. Ser um *sem-terra* é estar sujeito a passar por situações como essas. Odete, uma de nossas interlocutoras, disse que não se sentiu confortável com a situação no transporte em sua primeira tarefa de ocupação em praça pública, em uma atividade em Maceió. Porém, ela retorna para a mesma atividade um dia depois. Odete e os demais interlocutores relataram participar de ações em que ocorreram troca de tiros, balas de borrachas, incêndios criminosos e ameaças de morte. Chego a perguntar-lhes o porquê da insistência de participação em atividades em que o *conflito* pode ser encarado de forma mais direta, materializado em situações de iminente risco à integridade física. Uns, já mais maduros com relação ao trabalho de base, dizem que são ações de mobilização e resistência na luta. E outros, como Dona Aparecida, dizem não saber o motivo. Ela falou que,

mesmo tendo medo de, por exemplo, ajudar a fechar uma rodovia e vir policiais para “*meter bala pra cima*” vai porque “*acha bom*”:

Aí também às vezes vai três, vai cinco para fechar a pista, [risos] vai aquele monte de sem-terra para fechar a pista, agora não vem só daqui mesmo não, é de um monte de lugar, aí fecha a pista, coloca um monte pneu, toca fogo, aí os carros não passam nem pra lá, nem para cá, aí quando tem a conversa, resolve pra lá e abre a estrada. [risos] [...] eu não sei dizer por que de ir, eu acho bom. Eu acho bom, já fui em um monte de luta quando vão pros cantos, às vezes acampar em outros acampamentos, e a gente fica lá dormindo, a gente vai passar lá dois ou três dias. Para fechar a pista eu tenho medo desse negócio, a polícia vir [risos] e meter bala para cima, mas mesmo assim eu vou né [risos]. (Entrevista concedida por Dona Aparecida, Joaquim Gomes, 2016).

Apesar de passarem por esses processos de formação, a maioria dos *sem-terra*, como Dona Aparecida, não os nomeia dessa forma. Ao passo que Marcelo, por ter acumulado várias viagens, cursos e tarefas na coordenação estadual, possui um maior alinhamento com as diretrizes políticas da organização, principalmente quando é solicitado a falar delas. A narrativa dos camponeses, como a de Marcelo, de que todos os encontros do MST, seja uma reunião de coletivo, uma assembleia ou um encontro estadual, são uma espécie de formação política, nos ajuda a entender os graus de diferenciação da compreensão do significado da *política* entre os *sem-terra*. Nossos interlocutores, a partir da entrada no movimento social, passam a agir politicamente organizados, mesmo podendo às vezes não compreenderem ou verbalizarem que estão usando a política como forma de resolução de conflitos.

Não queremos dizer que os indivíduos não pudessem ter tais considerações sem o movimento, mas é preciso ressaltar que as sociabilidades - a maioria delas, desenvolvidas pelo movimento - contribuem para que os trabalhadores rurais se identifiquem como *sem-terra*. Para uma maior visualização da questão, vejamos a seguir um trecho de uma entrevista com Seu Neco. Com 62 anos de idade, carrega experiência de conflitos diretos, como presença em assassinatos de companheiros da luta e passagem em muitos cursos pelo MST. No discurso articulado por ele, o conhecimento que tem hoje é graças ao movimento. Seja sobre o cuidado com a terra ou mesmo sobre os maiores empecilhos para se ter a posse do terreno.

W: Por que o senhor acha que demora tanto a reforma agrária pra sair no país?

N: Isso é fácil de responder [risos]. Porque o poder, a direita, tá com a burguesia. O movimento de reforma agrária é um movimento que é contra isso.

A esquerda luta pelos trabalhadores, só que não tem poder. A burguesia é quem predomina esse poder. Aí eu entro na discussão do poder popular. A população é a força, é o sofredor, é a menor. Quem está lá no castelo de ouro não vai dar nenhuma migalha pra quem está lá embaixo, quem são a classe trabalhista. Outra parte é o conhecimento, o conhecimento tem que tá em cima, nós somos rasos, somos do piso, nós somos terra e eles é céu. Esse é o poder, esquerda e direita. Qual a função da mão direita?

W: Com a direita eu escrevo. Com a esquerda eu não consigo fazer quase nada.

N: Pronto, agora você vai entender um pouquinho. O poder de uma não é o da outra [risos]. Por isso dificulta deles demorarem a liberar as terras para o outro lado. Se tá na minha função, por que vou dar pra esquerda? Quando tem um governo da direita ele não defende a gente, se for da esquerda vai ajudar um pouquinho, mas quando chega no poder vai ficando pra direita. O dinheiro, capital vai transformando ele. Vai mudando. Ele vai querer comer um pouquinho do céu que é o castelo de ouro, ele quer fazer parte, e para fazer parte ele tem que se alienar. Quando ele faz aliança com a direita ele pode ainda dizer que é esquerda, mas por dentro ele não é. [...] A gente só tem conquista através da nossa luta. A luta é dolorida, espinhosa, dói e nem todo mundo tem essa determinação para enfrentar. Quem representa a nação alagoana é o latifúndio. Não sai daquele grupo, é o mesmo grupo até hoje, veja bem quem tá no poder. Nós queremos levar o conhecimento para a sociedade. **Esse conhecimento eu tive na volta pra terra, para o movimento. O movimento me educou**, como eu disse a você eu participei de muito curso. **O movimento me educou pra eu conhecer a terra mãe, porque a terra é uma mãe. Terra é mãe, somos raízes da terra.** (Entrevista concedida por Seu Neco, Murici, 2017 – grifos próprios).

Entender o que Seu Neco falou é parte crucial dos objetivos deste artigo. Ele deixa claro que o conhecimento que possui é reflexo de sua volta para o campo através de movimentos sociais. É possível visualizar o sentimento da *re-volta* tanto nas palavras ditas, como no tom de voz com que as proferiu, em suas expressões faciais e em seus gestos com as mãos. Ao dizer “*As esquerda luta pelos trabalhador, só que não tem poder*”, ele falou pausadamente, me apontando os dedos como se estivesse me ensinando, e estava¹². Tal percepção também

¹² Entre outras coisas, a entrevista com seu Neco foi uma das principais fontes para o redirecionamento do problema desta pesquisa.

foi observável quando ele me explicou metaforicamente as funções das mãos esquerda e direita. Enquanto conversávamos, ele comia, e nos momentos mais calorosos, seu punho, que segurava o prato de comida apertava o objeto, sobre tudo quando ele dizia que “*A gente só tem conquista através da nossa luta. A luta é dolorida, espinhosa, dói e nem todo mundo tem essa determinação para enfrentar*”.

Essa incorporação de uma identidade *sem-terra* resulta também na ressignificação conferida às palavras. John Comerford (2003), em pesquisa desenvolvida com trabalhadores rurais organizados em sindicatos, observou a mudança de sentidos em certas palavras ditas por esses indivíduos antes e depois da imersão na luta sindical. A palavra *luta*, antes atrelada ao sofrimento de pobreza, passa a ser dita como sinônimo de associação coletiva para busca de direitos. Do mesmo modo, em nossos trabalhos de campo pudemos perceber algumas ressignificações. Quando perguntávamos aos interlocutores como era a vida deles na cidade, descreviam as situações de precariedade, desemprego, ausência de moradia própria como aspectos de *luta* nas suas trajetórias. Em entrevista com Zé Baixinho, é possível visualizar diferentes sentidos que a palavra *luta* tem na sua trajetória. No trecho a seguir ela é usada na descrição do trabalho infantil vivenciado, da fome passada, e remete a uma vida de sofrimento (*luta*) até chegar ao movimento.

A minha **luta** foi desde criança que eu tive... Bom, de começo, eu nunca fui em uma escola, nunca estudei, comecei a estudar com 7 anos de idade numa usina em Pernambuco, Usina Gravatá. Eu, como não podia com a foice para cortar a cana, eu ia juntar a cana pra meu pai amarrar o oio da cana, nesse tempo só era manual. Até chegar aqui foi muita **luta**... Até em 1999 foi no canavial, na cana, nos usineiros. Sofri muito, trabalhei muito como escravo, até 10h, 11h da noite, se eu não fizesse daquela norma era cortado do meu salário, aquele dia não era contado. A **luta** foi pesada, pra chegar até aqui passei muita fome, ainda desmaiei de fome pra chegar aqui, com criança tudo de menor. (Entrevista concedida por Zé Baixinho, Joaquim Gomes, 2017).

Na narrativa acima, Zé Baixinho remete à *luta* seu sofrimento, e a percebe como individual. A *luta* descrita foi aquela não procurada por ele, tendo que viver devido às desigualdades encontradas no campo desde a sua infância. A seguir vejamos outro sentido dado ao termo *luta*, agora com sua entrada no MST.

O movimento não só **luta** pela terra, mas sim em benefício de conseguir a escola, a saúde. Por isso que sem luta a gente não ganha nada, menina. Tem

que ter luta, como diz no movimento, né, que só a luta muda a vida da gente, é o que a bandeira do nosso movimento nos diz, né. O pior que existe é o estado de Alagoas pra conseguir terra porque os latifundiários empatam. O estado vive amarrado na mão de 3 e 4 corruptos, então nossa luta tem que ser grande, com todo mundo. (Entrevista concedida por Zé Baixinho, Joaquim Gomes, 2017).

É possível visualizar agora uma *luta* almejada pelo sujeito. Ele usou a *luta* (combate à injustiça) pela terra como recurso para o término da *luta* (situações de adversidade) que vivenciava fora dela. Neste último trecho, ressignificando a palavra, ele cita a *luta* do movimento para ganhos coletivos, onde se encaixa como parte integrante. Nesse sentido, se para Comerford (2003), nessas situações, o termo *luta* passa a ter um sentido distinto na medida em que ele é incorporado ao discurso sindical, para nós, podemos remeter essa segunda acepção do termo *luta* como uma forma específica de posicionamento perante os conflitos. É o processo da “conversa” com a bandeira dando forma, dessa maneira, tendo um peso no posicionamento público dos sujeitos, em suas ações nos movimentos sociais (seja no plano jurídico ou político). Ademais, serve como estratégia de legitimação de sua tomada de decisão no retorno para o campo, na medida em que demonstra parte do processo de construção da *re-volta* na vida dos interlocutores, orientada pela busca de direitos no meio rural.

A ideia de *re-volta*, aqui defendida, faz parte do processo de *ressignificação* pelo qual passaram os camponeses na volta para o campo via movimento social. Para chegar a esta categoria, também identificamos uma outra *ressignificação* vivenciada pelos nossos interlocutores após esse retorno. Tal como ocorre com a palavra *luta*, o sentido dado ao substantivo composto *sem-terra* é completamente modificado durante o processo de vivência na luta pela terra. Os interlocutores tinham aversão aos *sem-terra*, os interpretavam como “ladrões de terra” e “povo que não trabalha”. Essas perspectivas são reformuladas só após a imersão nos acampamentos, quando passam pelo processo de compreensão que ser um *sem-terra* é fazer de sua luta individual instrumento para ganhos coletivos. Vejamos agora a ressignificação de sentido dado à categoria *sem-terra* a partir das relações estabelecidas no retorno para o campo, especialmente, através da sociabilidade nos espaços de luta pela reforma agrária.

Hoje pra mim os *sem-terra* que vão trabalhar ele tem barriga cheia. ***Sem-terra é um guerreiro***, é vontade de ter a terra, é vontade e coragem de trabalhar. **Pra mim é bom ser *sem-terra*** porque *sem-terra* é aquele que

não tem canto, terra para trabalhar, mas nós trabalhamos na agricultura, nós somos com terra, não temos a terra ainda, mas temos terra para trabalhar. Tem gente que não tem um pedacinho de terra para plantar e a gente tem. Somos barriga cheia. (Entrevista concedida por Neide, Murici, 2016).

Quando eu vim pro lado dos *sem-terra*, como quem tivesse me dado uma segunda chance e a segunda chance era pra eu voltar para o campo. Aí abracei a luta de unha e dente mesmo. Nós *sem-terra* somos quem enfrenta as batalhas, né. Você deve saber disso, em todo canto tem isso. [...] Peguei o cheiro, o amor da terra aí vim pra cá por causa dos *sem-terra*. (Entrevista concedida por Delmo, Messias, 2017).

Porque eu cheguei aqui e gostei de viver aqui. Achei bom viver aqui. Eu achei que aqui é o lugar de eu acabar meus resto de vida, ajudar meus filhos, criar meus animais. **Eu hoje me considero uma *sem-terra* e com muito orgulho.** Quando eu vim pra aqui, quando eu fiz meu barraco, que era lá em cima, aí que eu entrei na terra, que eu comecei a trabalhar, que eu via que tinha mesmo as terras plantadas. Eu mesmo plantei de tudo, era muita verdura, fazia gosto... Quando eu entrava na roça: “Eita meu Deus, que alegria, alegria maior do mundo”, alegria de viver na roça, plantando. E ainda hoje, quando eu chego assim numa roça... eu tenho três tarefas de feijão lá em cima. Vocês não sabem o que é tarefa de feijão não [risos]. Tudinho florando. **Não estamos aqui roubando terra de ninguém, a gente quer terra pra trabalhar, isso é *sem-terra*, né.** (Entrevista concedida por Odete, Atalaia, 2019).

Nessas situações, o sentido da expressão *sem-terra* remete a uma categoria política. Foi através da experiência do deslocamento para o campo – mediado por movimentos sociais – que ocorreu a ressignificação do termo. Dessa forma, ser *sem-terra*, num segundo momento, representa a oportunidade do retorno ao campo, significa trabalho e moradia nesse meio. E para além disso, é a disposição de *re-volta* para o campo. Como aponta Almeida (2010), ser *sem-terra* passa a ser uma condição a partir da qual se constrói um lugar capaz de assumir posições políticas:

Sem-terra perpassa classificações de setor produtivo e responde por todos aqueles que, em movimento, assumem posição política na qual a terra tem o sentido de libertação que não pode ser esvaziado no de posse. A resolução

do sem-terra não é o surgimento do com terra, pois equivaleria a afirmar que ter a propriedade define a questão: ela é habilitante e somente habilitante. Por consequência estaria definido o sem-terra, como a integração a um movimento em busca de liberdade e, consequentemente, de reconstrução social tomando a questão da terra como mediação (ALMEIDA, 2010. p. 11).

Assim, com o retorno para o campo, esses indivíduos conseguem reproduzir as sociabilidades a que foram submetidos nas experiências no meio rural antes do deslocamento para a cidade. Sobrepondo isso, uma *ressignificação*, no sentido de fornecer um novo olhar para os modos de enxergar as dinâmicas no meio rural e de fazer e ver o mundo a partir da organização social. A partir do momento que a pessoa está inserida numa ocupação de terra, ela está vivendo e incorporando as exigências do meio, de acordos coletivos para convivência no acampamento, até as orientações de fazer uma produção agroecológica, os novos militantes do movimento são dirigidos. Afinal, esses indivíduos vivem, na maioria das vezes, cerca de 5 a 10 anos entre ocupações e acampamentos para serem enfim assentados. Como disse uma camponesa *sem-terra*, “12 anos não são 12 dias”. São anos vivenciando novas formas de sobrevivência no campo. Dito de outra forma, não é só com o reconhecimento do Estado (terras demarcadas) que o indivíduo vivencia a formação da identidade *sem-terra*. A *ressignificação*, como temos insistido, se dá a partir do processo de inserção e reconhecimento destes sujeitos na sociabilidade dos movimentos sociais. Entendemos a *ressignificação* camponesa como um processo que possibilita autonomia e independência para o homem e mulher no campo¹³. Assim, o chamado avanço do capitalismo no cenário rural não destruiu as formas camponesas, pelo contrário, os conflitos vivenciados a partir deste contexto geraram novas formas do trabalhador e da trabalhadora rural sobreviverem no campo (MEDEIROS, 2009).

Processos identitários na re-volta para o campo

Dando continuidade às análises dos deslocamentos *campo-cidade-campo*, podemos identificar alguns processos identitários que são forjados na luta pela terra após o retorno para o meio rural. Dessa maneira, os esforços nessa parte

¹³ Segundo o MST, em 40 anos de existência ajudou na redistribuição de terra para cerca de 400 mil famílias e na construção de 120 agroindústrias, melhorando a renda e as condições de trabalho no campo, a partir de uma lógica distinta do agronegócio. Na versão do movimento, são mais de 2 mil escolas públicas em acampamentos e assentamentos que garantem acesso à educação a mais de 200 mil crianças e adolescentes *sem-terra*. São mais de 100 mil adultos que passaram pelo processo de alfabetização com o “Programa Sim, eu posso!”.

do texto estão centrados na compreensão do que nomeamos de *re-volta* para e no campo. Colocamos em debate a relação do deslocamento *campo-cidade-campo* com a questão identitária, na medida em que evidenciamos como as lógicas da espoliação camponesa junto a senso de pertencimento a vínculos culturais são fundamentais na compreensão de dinâmicas organizativas na luta pela terra contemporaneamente.

Na esteira de compreensões sobre os processos que caracterizaram esse retorno para o campo, analisamos que a decisão da volta para o campo foi fruto de uma casualidade forçada, não podendo ser considerado, nesse momento, como resultante de uma politização dos seus conflitos, e sim como decorrente do acionamento de uma possibilidade de melhoria de vida. Como dito anteriormente, esse regresso somente poderá ser interpretado como uma *re-volta* para e no campo, se e na medida em que esses sujeitos experimentem um giro epistêmico e moral, que os habilite a se reconhecerem como indivíduos detentores de uma *identidade sem-terra*.

É por intermédio da mobilização para resolução de um conflito imediato, como por exemplo, a disponibilização de um pedaço de terra para cultivar alimentos, e construir uma casa, que o processo de organização se inicia. O MST faz a leitura de que da década 1980 aos dias atuais, mais de três gerações deixaram o campo e incorporaram o modo de vida urbano em suas relações de reprodução social e econômica. Porém, apesar de tais fatos, a organização acredita que tal condição não seja barreira para um possível retorno desses indivíduos para o campo.

As memórias da vida no campo e a busca pela sobrevivência são investimentos constitutivos na busca por direitos através da luta pela terra. Nessa apropriação do passado do meio rural no retorno ao campo, poderíamos analogicamente aproximar-a da “viagem da volta” analisada por Pacheco de Oliveira (2016). Não como uma volta nostálgica, pois ela não está desconectada do presente, tendo em vista como se dão as expulsões. É um deslocamento marcado pela *re-volta* que possibilita a construção de uma identidade a partir do acionamento da luta por terra. Se nas reivindicações territoriais indígenas o reconhecimento é mobilizado desde o início a partir da demanda de reconhecimento identitário (Guedes, 2016), no que condiz a esse retorno para o campo por esses expropriados da terra, é na *re-volta* que o entendimento e reivindicação da identidade *sem-terra* é levada como estratégia de negociação sobre sua reprodução social. Essa afirmação da luta identitária, ao contrário do processo de *territorialização* (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016) vem no processo de mobilização na luta pela terra.

Nesse sentido, é importante destacar que alguns dos interlocutores estão vivendo hoje nas mesmas terras em que nasceram, e das quais outrora foram expulsos. Em contato com a história de vida da interlocutora Aparecida, por exemplo, a camponesa relatou que após ser expulsa da fazenda em que vivia, recebeu diversos convites para participar de ocupações de terra. Os convites nunca foram aceitos, até chegar em seus ouvidos a informação que “os sem-terra tão indo ocupar a fazenda que tu nasceu e viveu”. O que levou a camponesa a entrar na luta pela terra foi a familiaridade afetiva com a terra que seria ocupada. As lembranças de Dona Aparecida, em sua maioria, trazem situações em que recorda de como fora a vida na fazenda e da infância pobre, que por vezes foi assaltada pela necessidade de ir trabalhar. Ainda assim, aquele era o lugar do qual se sentia parte:

Minha lembrança forte é que eu **nasci e me criei por aqui**, [fazenda] né. Nasci, me criei, casei, tive 12 filhos aqui [...]. Meus filhos; casei em baixo de um grupinho que tinha ali, meus meninos, uns batizou lá também aínda, outros foram batizados em outras casas por aqui [...] Meus meninos estudaram ali também. **Porque na época que a gente era da fazenda que meu esposo trabalhava na fazenda e eu trabalhava na roça** e tomava conta das coisas e dos meninos. [...]. É, quando tinha um pedacinho assim que não tinha cana, aí a gente roçava e plantava as coisinhas, mas ele [fazendeiro] nem queria que a gente plantasse nada, não quer não. [...] Quando disseram: “Olha, os meninos então indo... Estão se acampando por lá nos sem-terra”. Aí eu vim embora. Muita coisa, muita coisa, né [risos]. **A pessoa nasce e se cria nos cantos assim e gosta, sei lá, eu gosto muito do interior. Gosto não da cidade não**, pra rua só vou assim fazer compra e vou embora [...] **Só para aqui, e tomara que dê certo, porque se não der certo aqui não vou para outro mais não. Sei lá, parece que era só para aqui mesmo. Era só para aqui mesmo, porque para outro nunca deu vontade de eu ir, outras fazendas por aí à fora nunca deu vontade de ir, só nessa daqui mesmo...** **Porque eu ia voltar para a minha terra, né. Voltar para a minha terra de novo** [...] Para ter alguma coisa tem que lutar né? Sem luta não tem nada (Entrevista concedida Dona Aparecida, Joaquim Gomes, 2016 – grifos nossos).

Pode-se sugerir, portanto, que a luta empreendida por esses camponeses não está separada de vínculos culturais, de sensos de pertencimento. Essas pessoas em suas estadias nas cidades já tinham ouvido de outras ocupações

empreendidas pelos *sem-terra*, mas como percebido nas narrativas, eles queriam voltar somente para o lugar onde nasceram ou viveram boa parte de suas vidas. Não é qualquer terra, é a “sua terra”.

Nessa perspectiva, segundo Walter Benjamin (1980) a *experiência* é um ponto que se manifesta na luta de classes sob o aspecto de confiança, da coragem, do humor e da astúcia. Ele traz a proposta de articular historicamente o passado. É o passado como rememoração e sendo carregado de “agora”. Tópicos esses essenciais na construção da *re-volta* dos camponeses, na medida em que é basilar olhar para o passado, escovar a própria história a contrapelo para se chegar ao conflito que os impulsionam à mobilização política em questão.

Aparecida vivenciou o deslocamento entre o campo e a cidade devido aos conflitos agrários resultantes da concentração fundiária. A camponesa *sem-terra* narrou que na sua passagem por Maceió sempre sentia vontade de retornar para a vida no campo, mas em paralelo a esses sentimentos sabia que não conseguiria sozinha esse feito. Existia também a necessidade de só fazer o caminho da volta para a terra na qual ela se sentia pertencente, o que atravancava e distanciava mais o caminho até a terra desejada. Mas foi nesse cenário de tentativa de retorno para a terra que se sentia pertencente, que Aparecida conversou com o movimento social. Como a memória da vida em que vivia na terra que foi expulsa a rodeava, voltar para o lugar onde nasceu e viveu, ingressando em um conflito por terra foi uma condição necessária a essa camponesa.

Podemos fazer o exercício de enxergar a identidade *sem-terra* em nossos interlocutores sendo reconhecida, na medida em que a memória se configura como uma arma poderosa capaz de impulsioná-los a buscarem o reconhecimento de direitos antes não percebidos. Representando, desse modo, a possibilidade de voltar para o lugar de onde foram expropriados. Essas pessoas viveram parte de suas vidas inseridas nas dinâmicas de sociabilidade e trabalho na agricultura. Se fizermos o exercício de pensar analiticamente a etimologia do termo agricultura, veremos que (*Agri*) diz respeito ao caráter econômico da prática, e (*cultura*) como os *ethos* sociais incorporados. A expulsão do campo subtrai esses hábitos, e a *re-volta* se apresenta como a possibilidade de reprodução desses costumes, a lida com a terra.

A afirmação identitária é acionada através do reconhecimento de direitos. Desse modo, essa pode ser significada como resistência à expropriação territorial representada pelos processos engendrados pela acumulação primitiva, ao mesmo tempo em que o território é apresentado como garantidor da reprodução social. Assim, o passado junto às conversações com os movimentos sociais são instrumentos que auxiliam aos expropriados a fazerem o caminho da volta

ao campo, fazendo dessa forma, o movimento de construção da identidade *sem-terra*.

Interessante também ressaltar que na possibilidade de “voltar para o lugar de onde nunca devia ter saído”, também identificamos o processo de mudança de percepção da atuação desenvolvida pelos movimentos sociais, assim como demonstramos no tópico anterior. Além do desinteresse de voltar para o campo em outras terras que não as que nasceu, Aparecida, por exemplo, não concordava com os “protestos de queimar pneus nas pistas” desenvolvidos pelos *sem-terra*. Esse cenário é modificado com a possibilidade de voltar para o território onde enterrou os umbigos de seus filhos. A camponesa, assim, faz o exercício de repensar seus repertórios morais com o MST e decide entrar na mobilização política por acesso à terra, porque estava em jogo a possibilidade de satisfazer sua necessidade de reprodução social no território com o qual se identificava.

As transformações trazidas, principalmente pela indústria canavieira, afetaram não apenas a economia rural, mas também as formas de pertencimento e identidade nas comunidades locais (TEIXEIRA; MARQUES, 2025). Esse caminho da volta passa então a representar uma reparação de danos sofridos na expropriação territorial. Nas trilhas de Rancière (2006), o reconhecimento da existência do dano pode chegar a produzir uma busca por igualdade. Dessa maneira, os conflitos vivenciados nos deslocamentos aparecem como catalisadores da mobilização política coletiva. A *re-volta* para o campo, dessa maneira, é fruto de uma via de mão dupla. Mobilizando a memória afetiva do campo (anterior a volta) e a formação política (posterior ao regresso) como componentes cruciais para o processo de formação da identidade *sem-terra*. Em outras palavras, é no resgate da vivência em seus territórios junto às experiências de lutas coletivas vivenciadas no curso da conquista de direitos que caminham esses sujeitos.

Thompson (1981), nos ajuda a elucidar quando trata questões da memória, experiência, conflito e da classe como processos históricos e não estáticos. As memórias do meio rural – características em todas as narrativas dos interlocutores – sugerem que estas devem ser consideradas como instrumentos importantes mobilizados na *re-volta*, não sendo somente relatos de sua vida passada. Sobre o processo rememorativo, Thompson (1981) destaca o caráter de transformação que a memória implementa, na medida que possibilita ao indivíduo que lembra, a partir da reconstrução de análises do já ocorrido, elaborar novos passos até então não pensados. O papel da experiência herdada por esses camponeses os posiciona em uma estrutura produtiva comum. Ele ainda argumenta que, em razão de tais experiências, as pessoas sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra aqueles que vão de encontro com os interesses que os distanciam.

Essa identidade é o conhecimento e a reprodução dos princípios organizativos do movimento. É o indivíduo usando o ser *sem-terra* como comportamento político para obter efeito na reparação dos conflitos. Assim, o campesinato não se esgota com a expropriação e deslocamento destas pessoas para a cidade. Das lógicas da acumulação do capital à luta pela reprodução social camponesa são formadas novas condições de existência, no caso em questão, a experiência de pertencimento à identidade camponesa *sem-terra*. Compreendemos que ao traçarmos um paralelo entre a expropriação/mobilidade e questão identitária evidenciamos que o chamado avanço do capitalismo no cenário rural não destruiu as formas camponesas. Pelo contrário, como pudemos observar, os conflitos vivenciados a partir do contexto de expropriação territorial em Alagoas acabaram gerando novas formas do trabalhador e da trabalhadora rural sobreviverem no campo. Alagoas se destaca como um estado com um número grande de população no meio rural. Segundo o IBGE, o estado possui 26% de população rural, e a média nacional está em 16%, observamos que esse número é marcado sobretudo pela maior expressividade de acampamentos e assentamentos na região Nordeste.

Considerações finais

Ressaltamos, primeiramente, a importância que foi dada à hipótese do conflito e da memória como componentes cruciais em todas as situações de deslocamento vivenciadas pelos camponeses. Estas categorias perpassam todo o trabalho: do deslocamento para a cidade até o retorno para o campo. Os conflitos enfrentados na cidade, junto da preservação da memória sobre a vida no campo, foram dados imprescindíveis na interpretação do processo da volta para o meio rural mediada por movimentos sociais, e, portanto, para a construção da identidade *sem-terra* na *re-volta*.

O esforço de compreender a percepção dos indivíduos envolvidos nas atividades dos movimentos sociais, quando se investe na ideia de que a luta se faz necessária por eles “serem sujeitos de direitos”, nos leva a pensar nos limites de produção e (re)produção da própria vida. Ao acionar o poder público, para pleitear o reconhecimento de direitos, o camponês pode não necessariamente nomear sua prática como crítica ao modelo desenvolvimentista hegemônico na agricultura brasileira, porém a enunciação de seus modos de vida e a exposição dos *danos* na arena pública tencionam a monocultura, pensada não apenas como a produção de um único produto agrícola, mas de uma única (agri)cultura possível. Os expropriados da terra, que hoje mobilizam ideias como

pertencimento ou combate às desigualdades para o reconhecimento de direitos perante o Estado, o fazem pleiteando a redistribuição de terras, organizando-se em cooperativas, lutando, assim, contra os latifúndios do *agrobusiness*. Em outras palavras, a resistência e existência de camponeses *sem-terra* no país é ao mesmo tempo uma das maiores contradições e enfrentamento do modelo hegemônico em questão.

Trajetórias como as dos camponeses entrevistados, auxiliam na tentativa de demonstrar que, em *espaços sociais* como o que encontramos na sociedade brasileira, cujo funcionamento estatal, por muitas vezes retroalimenta a desigualdade, a política não se resume à disputa de poder em espaços institucionais demarcados (Estado, eleições, políticos profissionais). É importante chamar atenção para o fato de que normatividades, estratégias e negociações permeiam as relações entre o Estado (centro) e as margens. Pensar unicamente uma via normativa, sobretudo a da normatividade estatal, é desconsiderar a agência e a racionalidade presente dos que vivem nas margens. Nesse sentido, concordamos com Veena Das e Deborah Poole (2008) ao argumentarem que a política extrapola as bordas do Estado. As autoras esclarecem como ações feitas nas margens (onde sujeitos em situação de *subalternidade* se encontram) descentralizam a ideia de política como existente somente no centro do Estado. O meio rural que analisamos, por exemplo, permite-nos pensar a constituição do Estado, de suas margens e suas fronteiras. Isso porque esse espaço pode ser percebido como uma *configuração* (ELIAS, 2006) que por muitas vezes não se enquadra nos marcos legais do Estado (ainda que em muitas circunstâncias dialogue com estes). Está em jogo o tensionamento da legibilidade estatal sob constante ameaça e reconfiguração pelas práticas que se dão ali, mas também as condicionando.

Ao tratar das margens e fronteiras do Estado, é útil pensar na noção de Estado como um campo heterogêneo e permeável, em que o centro normativo convive com zonas de exceção, informalidade e resistência. As margens não são apenas espaços de ausência estatal, mas zonas produtivas de poder e contestação, onde o Estado se reconfigura em diálogo tensionado com as práticas sociais. Autores como James C. Scott (2008) evidenciam como essas fronteiras entre visibilidade e invisibilidade estatal são marcadas pela resistência cotidiana e pela produção de contranarrativas que desafiam a soberania absoluta do Estado. Além disso, a abordagem pós-estruturalista de autores como Giorgio Agamben (2005) sobre o “estado de exceção” ilumina como as fronteiras do Estado se tornam zonas ambíguas, onde a legalidade pode ser suspensa, e formas alternativas de governança e subjetividades se produzem. Assim, as margens

do Estado são territórios de disputa política fundamental para compreender a dinâmica de inclusão e exclusão, legitimidade e resistência que atravessam os movimentos sociais rurais, enfatizando que a constituição do Estado está em constante transformação em contato com as demandas e práticas das populações marginalizadas.

Referências:

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Boitempo, 2005. (Original: State of Exception, 2003)
- ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (Orgs.). *Terra em Alagoas: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL, 2010. 447 p.
- BARTRA, Armando Verges. *Os novos camponeses*. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: MAGALHÃES, Maria Aparecida (org.). *Walter Benjamin: filosofia da história*. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 63-73.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. *Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana*. Maceió: Edufal, 2009.
- COMERFORD, John Cunha. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- CPT. Conflitos no Campo – Brasil 2023 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno. – Goiânia: CPT Nacional, 2024. 214 p.
- ACESSO em 09/05/2024: <https://www.cptnacional.org.br/downloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14308-conflitos-no-campo-brasil-2023>.
- DAS, Veena & POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. In: *Cuadernos de Antropología Social*, 2008.
- ELIAS, Norbert. Conceitos sociológicos fundamentais. In: *Escritos & Ensaios: 1 Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.
_____. *A Sociedade dos Indivíduos*. Tradução de Maria Aparecida de Carvalho e Múcio Flávio Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. In: *AGRÁRIA*, nº 01. Pp. 16-36, 2004.
- GUEDES, André Dumans. Lutas por terra e território, desterritorialização e território como forma social. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 18, n. 1, p. 23-29, jan./abr. 2016.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

- LIMA, José Carlos da Silva. *Monocultura açucareira e poder local: estrutura fundiária e transformações na Zona da Mata de Alagoas*. Maceió: Edufal, 2006.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A luta pela terra no Brasil e o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra*. 2009.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. Camponeses-migrantes: narrativas, classe, gênero e raça. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.14, p. 1-25, 2024.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: *A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato*. STEDILE, João Pedro (Org.). São Paulo: Outras Expressões, 2001.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. p.
- PELOSO, Ranulfo (org.). *Trabalho de base: Seleção de roteiros organizados pelo Cepis*. – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012. 152p.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- _____. *En los bordes del político*. Buenos Aires: Ediciones La Cebra, 2002.
- _____. *A partilha do sensível: estética e política*. Trad. Ivana Bentes. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- SAUER, Sérgio. “Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil.” *Agrarian South: Journal of Political Economy*, v. 4, n. 1, p. 74–102, 2015.
- SCOTT, James C. *Os dominados e a arte da resistência: discursos ocultos*. Tradução de Maria Tereza Murta Ribeiro. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In. *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-134.
- SILVA, Maria Aparecida da. Conflitos fundiários e violência no campo alagoano: violência, memória e mobilização social. *Revista Brasileira de Estudos Rurais*, vol. 4, n. 2, p. 55–75, 2018.
- TEIXEIRA, Bruno Boni; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. As Transformações Sociais em torno da Identidade Cultural e da Economia Rural diante da expansão da Agroindústria Canavieira: Um estudo de caso em cinco bairros rurais de Piracicaba/S P. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.15, p. 1-19, 2025.

- THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2011.
- _____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 19, n. 1, p. 87-145, 2011.
- WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora UnB, 1997.

Data de recebimento: 30 de julho de 2024

Data de aceite: 12 de setembro de 2025

Como citar este artigo:

LIMA, Weldja Marques da Silva. A conversa com a bandeira: processos de ressignificação da condição camponesa na *re-volta* para o campo. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.15, p. 1-26, e151353, 2025, Doi: <https://doi.org/10.14244/contemp.v15.1353>